

Aula 00

*TRE-SP (Analista Judiciário
-Contabilidade) Passo Estratégico
Contabilidade Pública 2021(Pré-Edital)*

Autor:

**Alexandre Violato Peyerl, Vinicius
Nascimento**

15 de Agosto de 2021

Sumário

Análise Estatística	5
O que é mais cobrado dentro do assunto?	6
Roteiro de revisão e pontos do assunto que merecem destaque	6
Aposta Estratégica	19
Questões Estratégicas	20
Questionário de revisão e aperfeiçoamento	32
Perguntas	33
Perguntas com respostas	34
Lista de Questões Estratégicas	35
Gabarito	42
Referências Bibliográficas	42



CONTABILIDADE PÚBLICA – INTRODUÇÃO

APRESENTAÇÃO DO CURSO

Olá, seja muito bem-vindo ao nosso Passo Estratégico de Contabilidade Pública!

Vamos começar com nossa apresentação.

Sou Alexandre Violato Peyerl, Agente da Fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Sou graduado em Administração e pós-graduado em Finanças e em Auditoria e Perícia Contábil. Comecei efetivamente a estudar para concursos no fim de 2014 e obtive várias aprovações, como Banco do Brasil (3º lugar para Curitiba), Analista de Projetos da Área Econômico-Financeira do BRDE (1º lugar geral), Administrador da Itaipu Binacional (2º lugar) e TCE/SP (2º lugar para Registro), onde trabalho hoje. Foi uma jornada árdua, com derrotas e vitórias, mas digo para você, estude muito, dê o seu melhor, pois valerá muito a pena!

Sou o Prof. Vinicius Nascimento, natural de Brasília, mas residindo em Manaus, coração da nossa Amazônia! Sou formado em Gestão Pública, pós-graduando em Contabilidade Pública e também em Planejamento e Orçamento Governamental, atualmente finalizando minha graduação em Ciências Contábeis.

Minha experiência como concurseiro iniciou em 2005, quando fui aprovado para um emprego público na CAESB – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal.

EM 2006, quando estava estudando para Técnico Administrativo da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica – vi uma propaganda do concurso da Escola de Sargentos das Armas. Não pensei duas vezes e fiz minha inscrição. Fui aprovado e fui iniciar o Curso de Formação de Sargentos em Campo Grande – Mato Grosso do Sul, sendo que, ao final do curso, fui classificado na cidade de Jaguarão – Rio Grande do Sul – na fronteira com o Uruguai.

No final de 2011, fui transferido para Boa Vista, no estado de Roraima. Logo no início de 2012 fiz a prova para Técnico Judiciário – Área Administrativa do TRT 11ª Região, o qual fui aprovado em 54º lugar.

No mesmo ano, fiz o concurso para Técnico Judiciário do Tribunal de Justiça de Roraima, ficando classificado. Em 2013, fui aprovado em 37º lugar para Técnico Administrativo do Ministério Público da União.

No final de 2013 saíram 2 editais: Agente Administrativo da Polícia Federal e Assistente em Administração da Universidade Federal de Roraima. Com esforço e dedicação, fui aprovado nos dois: (5º lugar para Agente Administrativo e 37º para a UFRR). Em junho de 2014 fui nomeado para a UFRR e dois meses depois para a Polícia Federal.



Em 2015 saiu o edital para Gestor Público do Instituto Federal de Roraima. Resolvi fazer a prova e fui aprovado em 1º lugar, porém optei por não assumir, pois, a lotação iria prejudicar meus projetos, afinal já estava ministrando aulas presenciais e on-line. Nesse mesmo ano entrei para o curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Roraima, em primeiro lugar.

Em 2016 saiu o edital para Contador da Universidade Federal de Roraima, fiz a prova e fui aprovado em primeiro lugar, mas não assumi pois, estava no 4º semestre da faculdade.

Em 2017 fiz a prova de Analista Judiciário – Área Administrativa do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região e fiquei classificado em 42º lugar.

E, em 2019, veio minha grande conquista: **aprovação em 9º lugar para Consultor Legislativo, área de Finanças Públicas da CLDF com a maior nota na prova de conhecimentos específicos (47 acertos de um total de 50).**

Estou contando as vitórias, mas também foram muitas reprovações, entre elas Senado, TCU e TCE/PE. Isso é simplesmente para dizer que sei exatamente o que vocês estão passando nessa etapa. **Vitórias e derrotas fazem parte!! O que importa é como você reage diante das derrotas: desistir ou aprender com os erros?** Garanto que a segunda hipótese é a mais correta, afinal, só não passa quem desiste!!

Como professor, iniciei em aulas presenciais nas cidades de Boa Vista e Manaus, tendo ministrado aulas em Recife, Rio de Janeiro, Brasília e Salvador. Além disso, trabalhei em diversos sites de cursos on-line nas disciplinas de Administração Financeira e Orçamentária, Administração Geral e Pública e Contabilidade Geral e Pública.

É essa experiência que quero compartilhar com você, afinal, seremos parceiros nessa caminhada!!!

Estamos aqui para ajudar você a encurtar o caminho para a aprovação.

Fique à vontade para sanar quaisquer dúvidas que tiver através do nosso fórum.

Bons estudos!



O QUE É O PASSO ESTRATÉGICO?

O Passo Estratégico é um material escrito e enxuto que possui dois objetivos principais:

- a) orientar revisões eficientes;
- b) destacar os pontos mais importantes e prováveis de serem cobrados em prova.

Assim, o Passo Estratégico pode ser utilizado tanto para **turbinar as revisões dos alunos mais adiantados nas matérias, quanto para maximizar o resultado na reta final de estudos por parte dos alunos que não conseguirão estudar todo o conteúdo do curso regular.**

Em ambas as formas de utilização, como regra, **o aluno precisa utilizar o Passo Estratégico em conjunto com um curso regular completo.**

Isso porque nossa didática é direcionada ao aluno que já possui uma base do conteúdo.

Assim, se você vai utilizar o Passo Estratégico:

- a) **como método de revisão**, você precisará de seu curso completo para realizar as leituras indicadas no próprio Passo Estratégico, em complemento ao conteúdo entregue diretamente em nossos relatórios;
- b) **como material de reta final**, você precisará de seu curso completo para buscar maiores esclarecimentos sobre alguns pontos do conteúdo que, em nosso relatório, foram eventualmente expostos utilizando uma didática mais avançada que a sua capacidade de compreensão, em razão do seu nível de conhecimento do assunto.

Seu cantinho de estudos famoso!

Poste uma foto do seu cantinho de estudos e nos marque no Instagram:



@passoestrategico

Vamos repostar sua foto no nosso perfil para que ele fique famoso entre milhares de pessoas!

Bom, feitos os esclarecimentos, vamos descobrir os assuntos que possuem mais chances de cair na nossa prova?



ANÁLISE ESTATÍSTICA

Inicialmente, convém destacar os percentuais de incidência de todos os assuntos previstos no nosso curso, com base na banca FCC, em ordem decrescente – ou seja, quanto maior o percentual de cobrança de um dado assunto, maior sua importância:

TÓPICO	AULA(S)	% DE COBRANÇA
Despesa Pública	Aulas 7 a 9	27,111%
Receita Pública	Aulas 3 e 4	14,889%
Procedimentos Contábeis Patrimoniais	Aulas 10 a 12	13,889%
Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais	Aula 16	10,667%
Introdução DCASP, Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro	Aula 15	10,222%
PCASP	Aula 14	7,889%
Contabilidade Pública: Noções Gerais e conceitos introdutórios	Aula 0	6,444%
Princípios orçamentários. Princípios na Lei 4320/1964.	Aula 1	5,778%
DFC/DMPL/Notas Explicativas	Aula 18	1,889%
NBC T 16.7 (Consolidação) NBC T 16.11 (Sistemas de Custos)	Aula 20	0,667%
Procedimentos Contábeis Específicos	Aula 19	0,556%
Despesa Pública	Aulas 7 a 9	27,111%
Receita Pública	Aulas 3 e 4	14,889%

Em nossa amostra utilizamos questões realizadas entre 2015 e 2020 para diversos cargos que cobraram a disciplina de Contabilidade Pública em seu edital, ou cobraram tópicos de Contabilidade Pública em outras disciplinas, como AFO.



O que é mais cobrado dentro do assunto?

Analisamos ainda, dentro dos tópicos abordados em cada aula, a incidência de cobrança:

TÓPICO	% DE COBRANÇA
Conceitos, objeto, abrangência e campo de aplicação	48,21
Regime Orçamentário e Regime Patrimonial	41,07
Características Qualitativas	10,71

Mas não se engane com os números, pois nas provas de 2017 para cá sempre vêm sendo cobradas questões sobre as características qualitativas, ao passo que o tópico conceito, objeto, abrangência e a campo de aplicação, que aparentemente é o mais cobrado, trouxe em nossa amostragem muitas questões sobre normas já revogadas. Portanto, nos tópicos desta aula, não vejo um ponto a ser priorizado, pois todos têm possibilidades iguais de cobrança.

ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

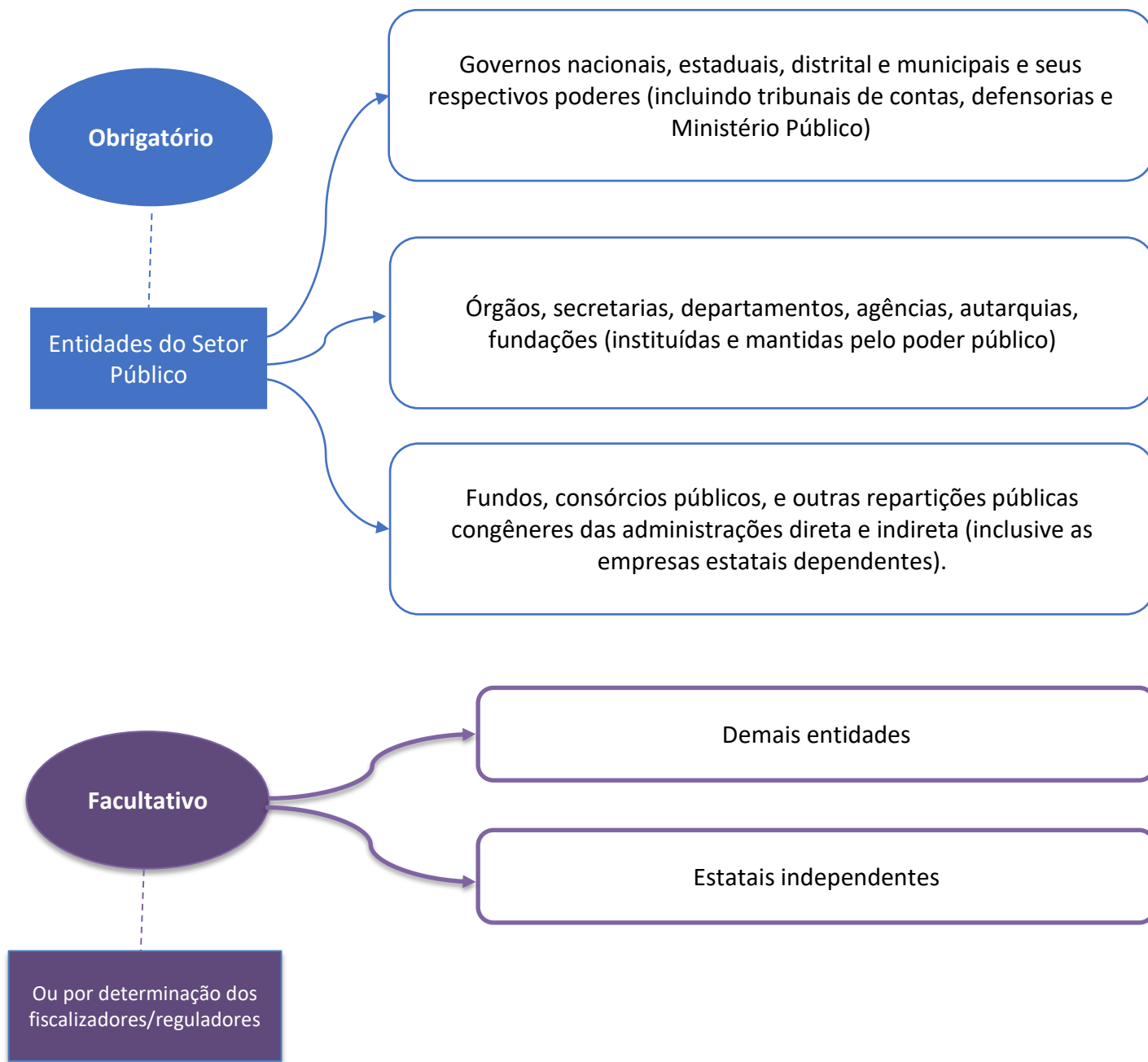
A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

Para revisar e compreender os aspectos introdutórios à contabilidade pública, você precisa, basicamente, entender os tópicos a seguir.

Primeiramente... **Cuidado se você tiver visto este tópico antes de 2016 e estiver revendo agora, bem como ao fazer questões antigas para treino.** Antigamente, conceituação, campo de aplicação, objeto e objetivos estavam na **NBC T 16.1, todavia, esta norma foi revogada** em setembro de 2016 pela NBC TSP Estrutura Conceitual. Aqui no Passo, por ser um material focado em revisão e consolidação do conteúdo, trabalharemos apenas sobre os conceitos vigentes ou, se revogados, ainda válidos ou passíveis de serem cobrados.



Conceito de contabilidade aplicada ao setor público¹: ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público.



¹ Ainda que este conceito seja da revogada NBC T 16.1, ele é plenamente adequado ao estudo da nossa disciplina.

É comum que a banca ao invés de utilizar os termos obrigatório e facultativo, pergunte se o campo de aplicação se estende ou não a determinadas entidades. Nesse caso, se for obrigatório, diz-se que se estende, se for facultativo, que não se estende. O fundamento está na NBC TSP Estrutura Conceitual:

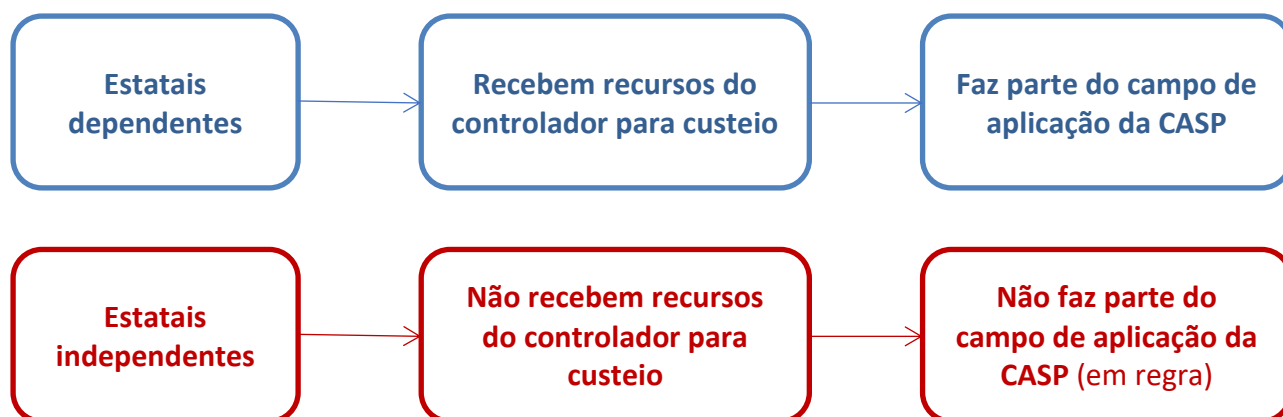
1.8A Esta estrutura conceitual e as demais NBCs TSP **aplicam-se, obrigatoriamente**, às **entidades do setor público** quanto à elaboração e divulgação dos RCPGs. Estão **compreendidos** no conceito de entidades do setor público: os **governos** nacionais, estaduais, distrital e municipais e seus **respectivos poderes** (abrangidos os tribunais de contas, as defensorias e o Ministério Público), **órgãos**, secretarias, departamentos, agências, autarquias, fundações (instituídas e mantidas pelo poder público), fundos, consórcios públicos e outras repartições públicas congêneres das administrações direta e indireta (**inclusive as empresas estatais dependentes**).

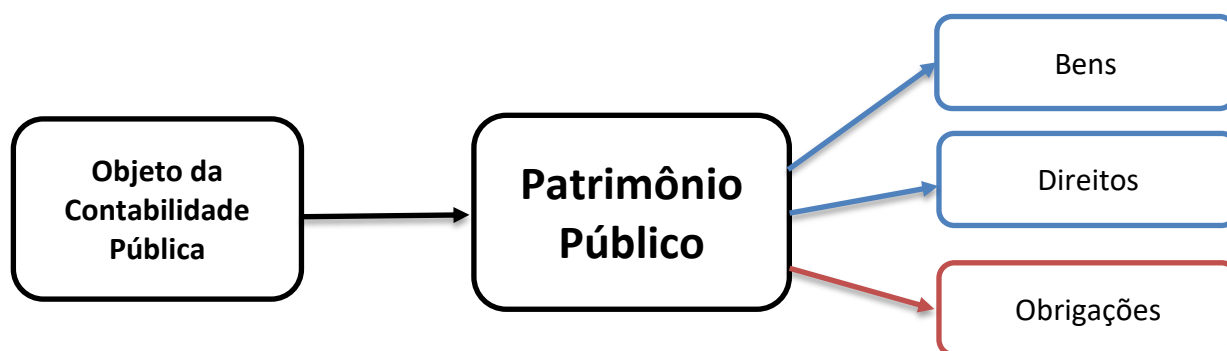
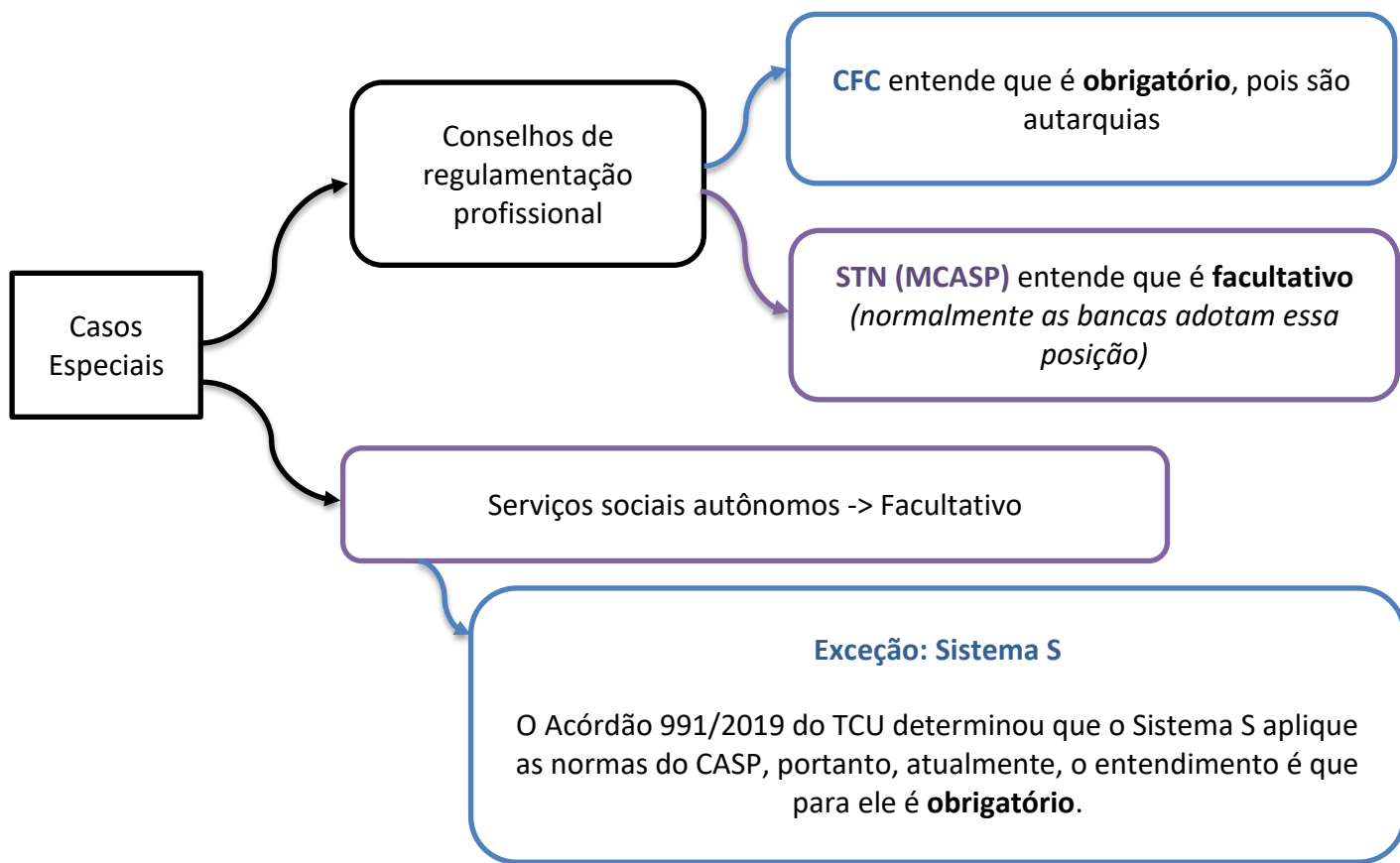
1.8D As **demais entidades** não compreendidas no item 1.8A, incluídas as empresas estatais independentes, **poderão aplicar esta estrutura conceitual e as demais NBCs TSP de maneira facultativa ou por determinação dos respectivos órgãos reguladores, fiscalizadores e congêneres**.

Muita atenção à diferenciação entre as estatais dependentes e as independentes:

1.8B As empresas **estatais dependentes** são empresas controladas que **recebem do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas** com pessoal, despesas de custeio em geral ou despesas de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

1.8C As **empresas estatais independentes** são todas as demais empresas controladas pelas entidades do setor público que não se enquadram nas características expostas no item 1.8B, as quais, **em princípio, não estão no alcance desta estrutura conceitual e das demais NBCs TSP** (ver item 1.8D).





Patrimônio Público: conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.

Em relação aos bens públicos, lembre-se dos três tipos e quais são controlados pela contabilidade pública:

- **Bens de uso especial** – utilizados pela administração pública para atingir seus fins. São controlados pela CASP.
- **Bens dominicais** – estão sob domínio do Poder Público, mas não possuem um fim específico. São controlados pela CASP.
- **Bens de uso comum do povo** – são aqueles que a sociedade como um todo usufrui. Nem sempre são controlados pela CASP, mas somente em alguns casos, como quando absorvem (ou absorveram) recursos públicos.

Objetivos da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP)

- **Fornecer informações** sobre:
 - Resultados alcançados
 - Aspectos de natureza:
 - Orçamentária – relacionados ao orçamento público propriamente dito.
 - Financeira – relacionados ao fluxo de caixa.
 - Econômica – relacionados aos resultados.
 - Física – relacionados à existência física dos elementos.
- **Apoiar:**
 - Tomada de decisão
 - Prestação de contas
 - Instrumentalização do controle social

O estudo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público está amparado em diversos documentos, dentre os quais possuem maior importância o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), as NBCs TSPs e a Lei nº 4.320/64.



O MCASP é bastante abrangente e será abordado com frequência a partir da próxima aula.

Nessa parte introdutória, é importante que você conheça alguns pontos da NBC TSP Estrutura Conceitual.

Objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.

- Esta parte está no item 2 da NBC TSP Estrutura Conceitual. A literalidade dele costuma ser cobrada, portanto faça a sua leitura (transcrevemos na íntegra logo abaixo).
- Parte do pressuposto de que o **objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade**, em vez de obter lucros e gerar retorno aos investidores.
- Fornecimento de informações sobre a entidade do setor público que sejam úteis aos usuários dos RCPGs.
- Objetivos -> Subsidiar:
 - Processos decisórios
 - Prestação de contas
 - Responsabilização (*accountability*)

2. O objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade, em vez de obter lucros e gerar retorno financeiro aos investidores. Consequentemente, o desempenho de tais entidades pode ser apenas parcialmente avaliado por meio da análise da situação patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa. Os RCPGs fornecem informações aos seus usuários para subsidiar os processos decisórios e a prestação de contas e responsabilização (accountability). Portanto, os usuários dos RCPGs das entidades do setor público precisam de informações para subsidiar as avaliações de algumas questões, tais como:

(a) se a entidade prestou seus serviços à sociedade de maneira eficiente e eficaz;

(b) quais são os recursos atualmente disponíveis para gastos futuros, e até que ponto há restrições ou condições para a utilização desses recursos;

(c) a extensão na qual a carga tributária, que recai sobre os contribuintes em períodos futuros para pagar por serviços correntes, tem mudado; e

(d) se a capacidade da entidade para prestar serviços melhorou ou piorou em comparação com exercícios anteriores.

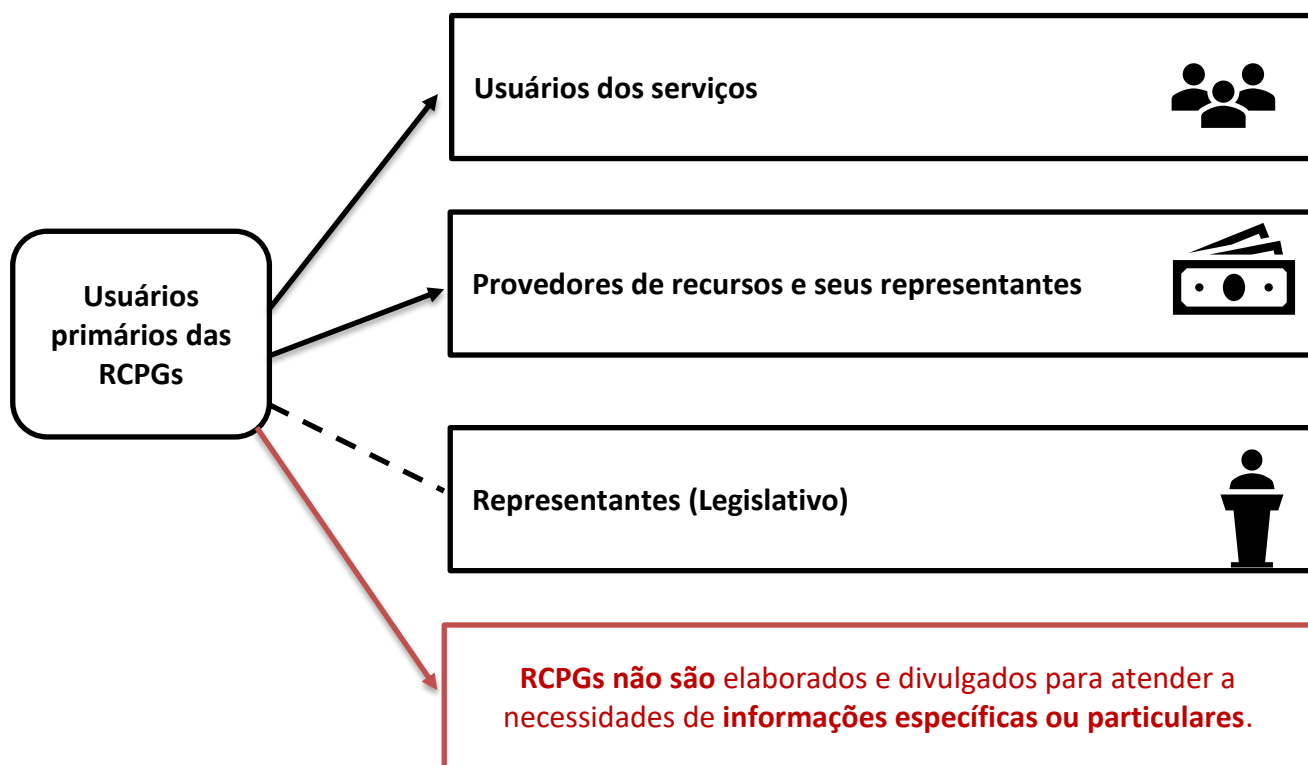
Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG)

- Elaborado para atender às necessidades dos **usuários em geral**.
- **Não tem o propósito de atender a finalidades ou necessidades específicas de determinados grupos de usuários.**
- Podem compreender relatórios diversos, cada qual atendendo a certos aspectos dos objetivos e do alcance da elaboração e divulgação da informação contábil.



- Abrangem:
 - Demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas.
 - Apresentação de informações que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis.
- A informação sobre a situação patrimonial possibilita aos usuários identificarem os recursos da entidade e as demandas sobre eles, o que subsidia avaliações como:
 - Extensão na qual a administração **cumpriu suas obrigações** em salvaguardar e administrar os recursos da entidade.
 - Extensão na qual os **recursos estão disponíveis** para dar suporte às atividades relativas à prestação de serviços futuros e às **mudanças** durante o exercício.
 - **Montantes e o cronograma** de fluxos de caixa futuros necessários aos serviços e ao pagamento das demandas existentes sobre os recursos da entidade.
- Para auxiliar os usuários a entender, interpretar e inserir em contexto a informação apresentada nas demonstrações contábeis, os RCPGs também podem fornecer informações financeiras e não financeiras que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis, inclusive as informações sobre questões relacionadas ao governo ou outra entidade do setor público, tais como:
 - Conformidade com os orçamentos aprovados e outra regulamentação relativa às suas operações;
 - Atividades de prestação de serviços e os seus respectivos resultados durante o exercício;
 - Expectativas relacionadas às atividades de prestação de serviços e outras atividades no futuro, bem como as consequências, em longo prazo, das decisões tomadas e das atividades realizadas durante o exercício, inclusive aquelas que possam impactar as expectativas sobre o futuro.
- Como a informação contábil impõe custos, seus benefícios devem justificá-los. Portanto, essa relação custo-benefício deve ser feita, ou que se trata de um julgamento de valor, pois nem sempre é possível identificar todos os custos e benefícios da informação incluída no RCPG.





Cabe destacar ainda que a Estrutura Conceitual traz normas gerais, todavia, quando tiver conflito entre ela e normas específicas vigentes, prevalecem as normas específicas.

Características qualitativas da informação contábil

As características qualitativas da informação incluídas nos RCPGs são atributos que tornam a informação útil aos usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil.

Características qualitativas:

- **Relevância** – capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil. As demonstrações são capazes de influenciar quando têm valor confirmatório, preditivo ou ambos.
 - As informações têm valor confirmatório se confirmarem ou alterarem expectativas passadas ou presentes.
 - As informações têm valor preditivo quando são voltadas ao futuro, apresentando informações acerca dos objetivos, custos e atividades previstas da prestação de serviços, além do montante e das fontes de recursos que se destinam a serem alocados na prestação de serviços no futuro.
 - Mesmo que alguns usuários já conheçam a informação ou decidam desconsiderá-la, ela será considerada relevante caso tenha o potencial de exercer influência.

- **Representação fidedigna** – é alcançada quando a representação do fenômeno é **completa, neutra e livre de erro material**.
 - Neutralidade corresponde à ausência de viés, o que significa que informação não é apresentada buscando atingir um resultado em particular.
 - Estar livre de erro material não significa exatidão completa, mas que não há erros ou omissões que sejam individualmente ou coletivamente relevantes na descrição do fenômeno.
- **Compreensibilidade** – permite que os usuários compreendam o seu significado. É aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta.
 - A comparabilidade pode aprimorar a compreensibilidade.
- **Tempestividade** – disponibilidade para o usuário a tempo de ela ser útil para fins do objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil.
 - A informação deve estar disponível aos usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins de prestação de contas, responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão.
- **Comparabilidade** – possibilita ao usuário identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.
 - A comparabilidade difere da consistência. A consistência se refere à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração. A comparabilidade é o objetivo, enquanto a consistência auxilia a atingi-la.
 - Não é necessário haver uniformidade para haver comparabilidade. Informações semelhantes devem parecer semelhantes, informações distintas devem parecer distintas.
- **Verificabilidade** – ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos de outra natureza que se propõe a representar.

Restrições inerentes à informação:

- **Materialidade** – a informação é material quando a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização, ou as decisões que os usuários tomam com base nas demonstrações contábeis elaboradas para aquele exercício. Não há um limite predeterminado uniforme a partir do qual a informação é considerada material.
- **Custo-benefício** – se os benefícios de divulgar uma informação justificam os custos incorridos para fornecê-la e utilizá-la.



- **Alcance do equilíbrio adequado entre as características qualitativas** – deve-se buscar o equilíbrio entre as características qualitativas para satisfazer aos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil, pois em muitos casos é necessária uma compensação entre elas para alcançar os objetivos da informação.

Elementos das demonstrações contábeis

- **Ativo** – recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.
 - Recurso – item com potencial de serviços ou com a capacidade de gerar benefícios econômicos.
 - A propriedade legal do recurso não é uma característica essencial de um ativo, no entanto, é um indicador de controle.
- **Passivo** – obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.
 - Um passivo deve envolver uma saída de recursos da entidade para ser liquidado ou extinto. A obrigação que pode ser liquidada ou extinta sem a saída de recursos da entidade não é um passivo.
- **Situação patrimonial líquida** – diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida na demonstração que evidencia a situação patrimonial como patrimônio líquido.
- **Receita** – aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários.
- **Despesa** – diminuições na situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de distribuições aos proprietários.
- **Superávit ou déficit da entidade para o exercício** – diferença entre as receitas e as despesas que constam nas demonstrações que evidencia o desempenho das entidades do setor público.
- **Contribuição dos proprietários** – entrada de recursos para a entidade a título de contribuição das partes externas, que estabelece ou aumenta a participação delas no patrimônio líquido da entidade.
- **Distribuição aos proprietários** – saída de recursos da entidade a título de distribuição a partes externas, que representa retorno sobre a participação ou a redução dessa participação no patrimônio líquido da entidade.



Orçamentário X Patrimonial

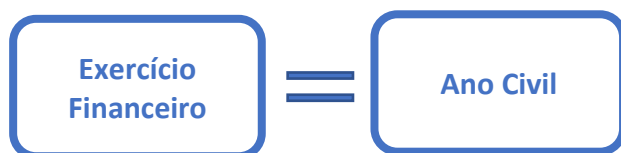
Mesmo que este seja seu primeiro contato com esta disciplina, se você já estudou Contabilidade, lembra que temos os regimes de caixa e o de competência:

- **Regime de competência** -> os registros contábeis são realizados em função do fato gerador, independentemente do recebimento ou pagamento dos valores.
- **Regime de caixa** -> os registros contábeis são realizados em função dos efetivos recebimentos ou pagamentos dos valores.

Em Contabilidade Pública, os lançamentos podem ainda ser patrimoniais ou orçamentários. De início, é essencial que você conheça estes artigos da Lei nº 4.320/64:

*"Art. 34. O **exercício financeiro** coincidirá com o **ano civil**."*

Esse artigo é simples e cobrado com frequência, não se esqueça dele:



"Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

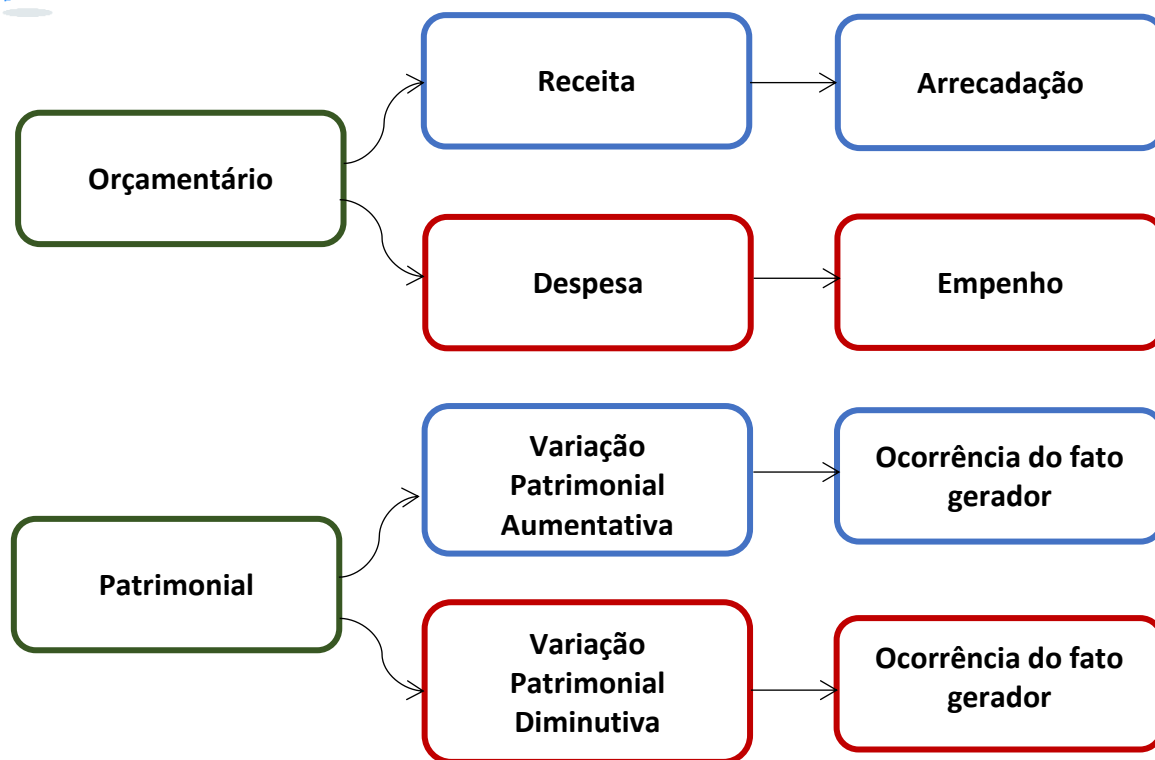
I - as receitas nêle arrecadadas;

II - as despesas nêle legalmente empenhadas."

O artigo 35 diz respeito aos **lançamentos orçamentários** e traz um regime misto, em que as **receitas são reconhecidas pelo regime de caixa** e as **despesas pelo regime de competência**.

Todavia, nos lançamentos patrimoniais, segue-se o **regime de competência**.





Para consolidar...

Pense no IPTU da sua casa. No início do ano, a Prefeitura já reconhece a VPA por conta da constituição da sua obrigação em pagar o imposto. Todavia, a receita orçamentária será reconhecida somente no momento da arrecadação.

É importante que você entenda bem essa diferença, mas se tiver com alguma dificuldade, não se preocupe, pois ela será revista várias vezes nas próximas aulas.



Princípios da Contabilidade

Os Princípios da Contabilidade estavam previstos na Resolução nº 750/93. Todavia, esta foi revogada com a publicação da NBC TSP Estrutura Conceitual, que faz parte do processo de convergência às normas internacionais.

Isso não necessariamente significa que os princípios estejam extintos, mas sim que a norma foi revogada para evitar eventuais conflitos de referências conceituais. Após a revogação a cobrança vem sendo muito rara, mas ainda assim entendo que seja importante você conhecer os seguintes:

Entidade - O patrimônio da entidade não se confunde com o patrimônio dos sócios. A entidade possui autonomia patrimonial. A soma ou agregação de patrimônios autônomos não resulta em nova entidade.

Oportunidade - Refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, sendo necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.

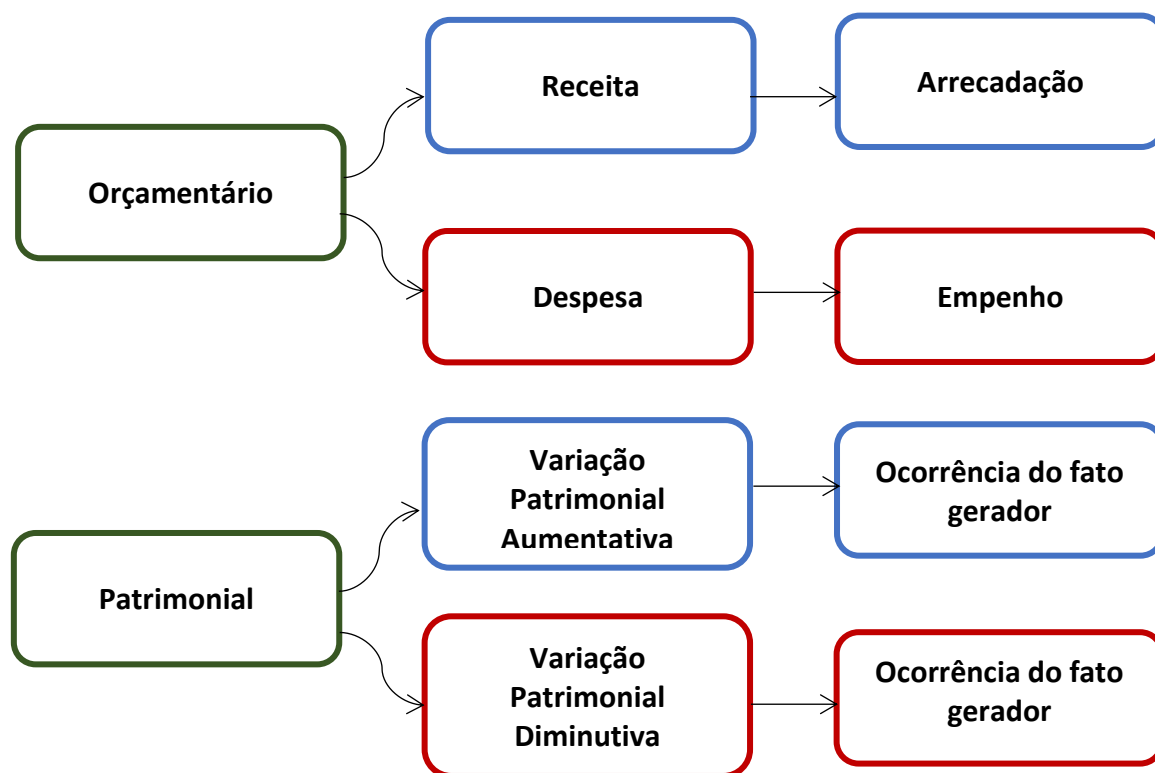
Competência - Determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.



APOSTA ESTRATÉGICA

A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa, bem como as inovações no conteúdo, na legislação e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais².

Dentre os tópicos abordados, acredito que o que você deve dar maior importância nesse momento é a diferença entre os lançamentos contábeis e os patrimoniais, pois além de ser cobrado com muita frequência, ele é essencial para a compreensão do restante da disciplina. Portanto, lembre-se:



² Vale deixar claro que nem sempre será possível realizar uma aposta estratégica para um determinado assunto, considerando que às vezes não é viável identificar os pontos mais prováveis de serem cobrados a partir de critérios objetivos ou minimamente razoáveis.



QUESTÕES ESTRATÉGICAS



Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto. A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.

Conceitos, objeto, abrangência e campo de aplicação

1. (FCC/2018/SEAD AP/Analista de Finanças e Controle)

As normas estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público aplicam-se, obrigatoriamente, às

- a) fundações instituídas e mantidas pelo setor privado.
- b) empresas estatais não dependentes.
- c) empresas de economia mista.
- d) autarquias estaduais.
- e) organizações sociais de saúde.

Comentários

Letra A - Errada. Aplica-se obrigatoriamente às fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

Letra B - Errada. Aplica-se facultativamente às estatais não dependentes.

Letra C - Errada. Aplica-se obrigatoriamente apenas se for dependente.

Letra D - Certa. As autarquias são entidades da administração indireta, dependentes de recursos públicos e devem aplicar obrigatoriamente as normas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Letra E - Errada. As organizações sociais de saúde não estão entre as entidades obrigadas a aplicar as normas da CASP.

Gabarito: D



2. (FCC/2018/SEFAZ GO/Auditor Fiscal da Receita Estadual)

As normas brasileiras de contabilidade constituem importante paradigma de conduta profissional na condução dos trabalhos previstos na Resolução CFC nº 560/83, de 28 de outubro de 1983, e correlatos. Iniciadas pelo acrônimo “NBC”, dividem-se em normas técnicas, que recebem o primeiro sufixo “T”, e profissionais, que recebem o primeiro sufixo “P”.

Acerca da NBC TSP, é correto afirmar que

- a) é norma técnica que inclui peculiaridades das sociedades domiciliadas no Estado de São Paulo.
- b) sua estrutura conceitual não faz menção a orçamento.
- c) embora as estatísticas de finanças públicas e as demonstrações contábeis do setor público tenham muito em comum, são reguladas por diretrizes com objetivos diferentes.
- d) normas técnicas regionalizadas, como a atual ESTRUTURA CONCEITUAL, permanecerão válidas até 2019, quando então darão lugar às normas internacionais convergidas (IFAC-IPSAS).
- e) não é candidata ao processo de convergência com as normas internacionais (IFAC-IPSAS), posto que contém muitas peculiaridades locais.

Comentários

As Normas Brasileiras de Contabilidade se dividem em profissionais e técnicas. Dentre as normas técnicas, estão as NBC TSP, as quais são aplicáveis ao setor público. Vamos aos itens.

Letra A - Errada. SP é de setor público, não de São Paulo. As NBC TSP são aplicáveis em todo o território nacional.

Letra B - Errada. A Estrutura Conceitual faz menção ao orçamento, afirmando sua importância para a definição dos níveis de tributação e de outras receitas, bem como para o processo de realização do gasto público, além de facilitar aos usuários a análise quanto ao desempenho das entidades do setor público.

Letra C - Certa. A assertiva toma como base para sua afirmação o seguinte trecho da NBC TSP Estrutura Conceitual:

"20A. Os objetivos das informações contábeis e das estatísticas de finanças públicas são distintos e podem ocasionar interpretações diferentes para o mesmo fenômeno, mas deve-se buscar, sempre que possível, o alinhamento entre essas informações."

Letra D - Errada. A atual Estrutura Conceitual já faz parte do processo de convergência.

Letra E - Errada. As NBC TSP estão em processo de convergência às normas internacionais.

Gabarito: C



3. (FCC/2019/TJ AM/Técnico em Contabilidade)

Os Relatórios de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs), conforme a Estrutura Conceitual Básica, possibilita aos usuários avaliar

- a) a análise do patrimônio líquido econômico.
- b) a eficiência e eficácia dos serviços prestados.
- c) o retorno financeiro dos investidores.
- d) o superávit financeiro da entidade.
- e) o valor adicionado gerado pela sociedade.

Comentários

A essência dos RCPGs é transmitir informações que permitam aos usuários avaliar a gestão dos recursos públicos. Portanto, a alternativa correta é a letra B, pois permitem aos usuários avaliar a eficiência e a eficácia dos serviços prestados.

"2.15 A informação sobre o desempenho do governo ou de outra entidade do setor público orienta as avaliações de questões, como, por exemplo, se a entidade adquiriu recursos com economicidade e os utilizou com eficácia e eficiência para atingir os seus objetivos de prestação de serviços. A informação sobre os custos da prestação de serviços e os montantes e fontes de recuperação desses custos durante o exercício irá auxiliar os usuários a determinar se os custos operacionais foram recuperados a partir de, por exemplo, tributos, cobranças aos usuários, contribuições e transferências, ou se foram financiados pelo aumento do nível de endividamento da entidade."

Gabarito: B

4. (FCC/2018/SEGEP MA/Contador)

Em relação às características-chave de entidade do setor público que reporta a informação contábil, considere:

- I. Ser uma pessoa jurídica de direito privado de forma que possa captar ou empregar recursos, adquirir e administrar ativos, incorrer em obrigações e realizar atividades para atingir os objetivos da prestação de serviços.
- II. Ser uma entidade que capta recursos da sociedade ou em nome desta e/ou utiliza recursos para realizar atividades em benefício dela.
- III. Existir usuários de serviços ou provedores de recursos dependentes de informações contidas nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.
- IV. Integrar o orçamento de investimentos na qualidade de empresa estatal não dependente nos últimos três exercícios financeiros.



De acordo com a NBC TSP (Estrutura Conceitual), são características-chave de entidade do setor público que reporta a informação contábil o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

Comentários

Questão retirada da literalidade da NBC TSP EC.

"4.3 As características-chave de entidade do setor público que reporta a informação contábil são:

(a) ser uma entidade que capta recursos da sociedade ou em nome desta e/ou utiliza recursos para realizar atividades em benefício dela; e (Item II)

(b) existir usuários de serviços ou provedores de recursos dependentes de informações contidas nos RCPGs para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão. (Item III)"

I - Errada. Ser uma pessoa jurídica de direito privado não é uma característica-chave de uma entidade do setor público.

IV - Errada. Fazem parte do campo obrigatório somente as estatais dependentes, as quais utilizam recursos dos orçamentos fiscal e de seguridade social.

Como os itens corretos são o II e o III, o gabarito é a letra C.

Gabarito: C

5. (FCC/2017/DPE RS/Analista - Contabilidade)

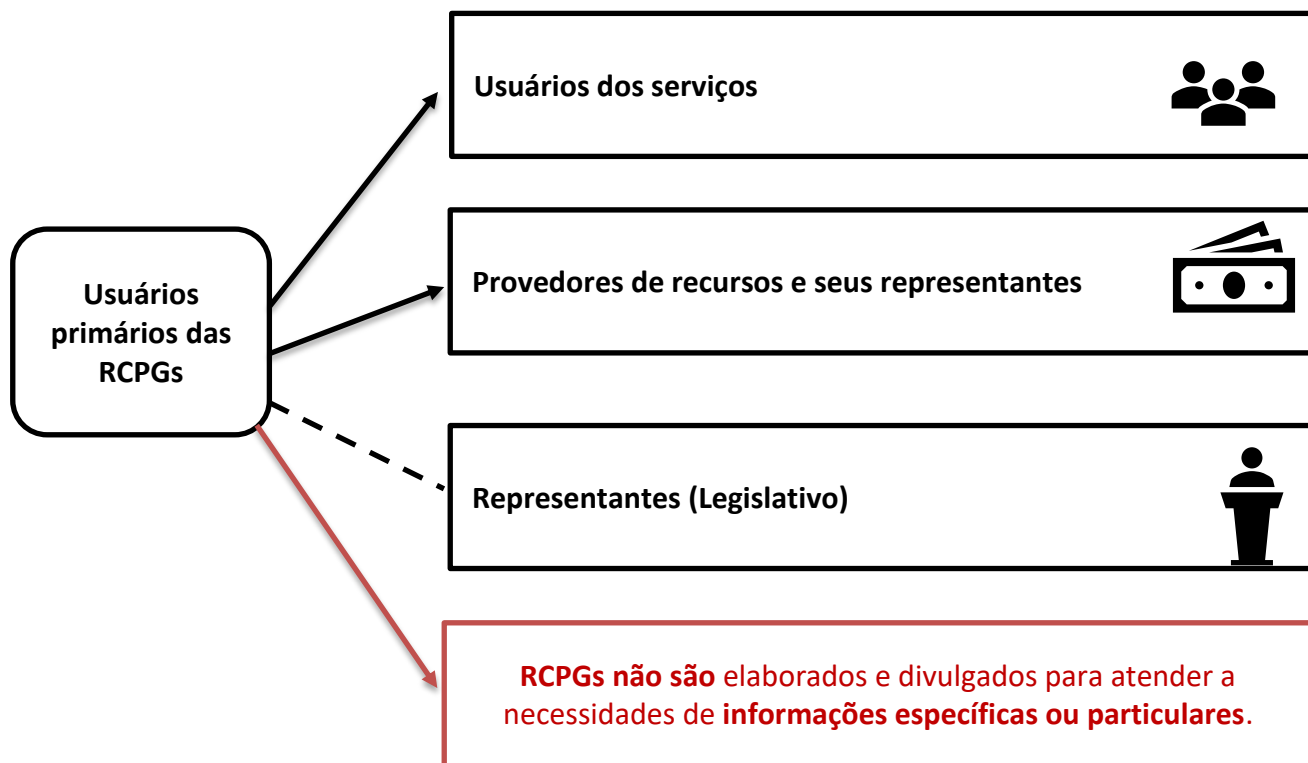
De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual, os usuários primários dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das entidades do setor público são

- a) as agências de classificação de risco.
- b) as agências reguladoras e supervisoras.
- c) as entidades prestadoras de recursos e de fomento.
- d) as entidades de auditoria.
- e) os cidadãos que são usuários dos serviços e provedores de recursos



Comentários

Lembre-se do esquema que fizemos no roteiro de revisão...



Com ele, chegamos à letra E como gabarito.

Gabarito: E

Características qualitativas

6. (FCC/2018/SEAD AP/Analista de Finanças e Controle)

De acordo com a NBC TSP – Estrutura Conceitual, a característica qualitativa da informação denominada Comparabilidade

- a) é aplicável a item individual de informação, mas não à relação entre dois ou mais itens de informação ou conjuntos de fenômenos.
- b) é sinônimo de consistência.
- c) é sinônimo de uniformidade.
- d) possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.
- e) é aprimorada ao fazer com que coisas distintas pareçam semelhantes.

Comentários

Letra A - Errada. É o contrário. A comparabilidade é a característica da informação que permite identificar semelhanças e diferenças entre dois ou mais itens de informação ou conjuntos de fenômenos.

Letra B - Errada. A comparabilidade difere da consistência. A comparabilidade possibilita ao usuário identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos. A consistência se refere à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração. A comparabilidade é o objetivo, enquanto a consistência auxilia a atingi-la.

Letra C - Errada. Não é necessário haver uniformidade para haver comparabilidade.

Letra D - Certa. Trata-se do exato conceito da característica da comparabilidade.

Letra E - Errada. Informações semelhantes devem parecer semelhantes, informações distintas devem parecer distintas.

Gabarito: D

7. (FCC/2018/MPE PE/Analista Ministerial - Auditoria)

De acordo com as determinações da NBC TSP Estrutura Conceitual sobre as características qualitativas da informação incluída nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público – RCPGs, a

a) relevância é uma característica qualitativa da informação que é alcançada quando a representação do fenômeno por uma determinada entidade pública é completa, neutra e livre de erro material tanto quanto possível.

b) verificabilidade é uma característica qualitativa da informação que ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nos RCPGs representa fielmente os fenômenos econômicos ou de outra natureza que se propõe a representar.

c) consistência é uma característica qualitativa da informação que é alcançada quando os mesmos princípios e/ou políticas contábeis são utilizados de período a período por uma determinada entidade pública.

d) materialidade é uma característica qualitativa da informação que assegura que a informação contábil-financeira será material se sua omissão puder influenciar o processo de tomada de decisão dos usuários.

e) neutralidade é uma característica qualitativa da informação que ajuda a assegurar aos usuários que o retrato da realidade econômica contido nos RCPGs é desprovido de viés na seleção da informação contábil-financeira que se propõe a representar.

Comentários

Letra A - Errada. A assertiva apresenta a representação fidedigna.

Letra B - Certa. O item apresenta a característica qualitativa da verificabilidade em conformidade com a NBC TSP Estrutura Conceitual.



Letra C - Errada. A consistência realmente é alcançada quando os mesmos princípios e/ou políticas contábeis são utilizados de período a período por uma determinada entidade pública. Todavia, ela não se trata de uma característica qualitativa da informação contábil, mas apenas auxilia a alcançar a característica da comparabilidade.

Letra D - Errada. O conceito em si está correto, pois uma informação é material quando a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização, ou as decisões que os usuários tomam com base nas demonstrações. Todavia, materialidade não é uma característica qualitativa, mas uma restrição inerente à informação.

Letra E - Errada. Realmente a neutralidade é um elemento que ajuda a assegurar que o retrato da realidade econômica é desprovido de viés na seleção da informação que se propõe a apresentar. Todavia, a neutralidade não é uma característica qualitativa por si só, mas um dos elementos da característica qualitativa da representação fidedigna.

Gabarito: B

8. (FCC/2020/ALAP/Assistente Legislativo)

As características qualitativas da informação contábil, conforme estabelece a Estrutura Conceitual Básica aplicada ao Setor Público, compreendem

- a) verificabilidade e comparabilidade.
- b) verificabilidade e universalidade.
- c) compreensibilidade e anualidade.
- d) compreensibilidade e totalidade.
- e) representação fidedigna e ciclo orçamentário.

Comentários

As características qualitativas são: relevância, representação fidedigna, compreensibilidade, tempestividade, **comparabilidade** e **verificabilidade**. Portanto, a alternativa correta é a letra A.

Gabarito: A



9. (FCC/2019/Prefeitura de Manaus/Técnico Fazendário)

De acordo com a NBC TSP – Estrutura Conceitual, a característica qualitativa da informação denominada

- a) consistência é sinônimo de uniformidade e possibilita aos usuários da informação contábil identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.
- b) verificabilidade indica que para ser verificável a informação não precisa ser um ponto único estimado, uma vez que um intervalo de possíveis valores e suas probabilidades relacionadas também pode ser utilizado.
- c) relevância é alcançada quando a representação da transação é livre de vieses e possui exatidão completa em todos os aspectos relacionadas a tal transação.
- d) materialidade determina que a omissão de 5% da despesa total reportada nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público torna a informação omitida imaterial.
- e) comparabilidade é sinônimo de uniformidade e esta implica na utilização das mesmas políticas contábeis, seja de período a período em uma entidade pública ou de um único período entre duas ou mais entidades.

Comentários

Letra A - Errada. Consistência não é uma característica qualitativa, mas sim um elemento que ajuda a atingir a característica qualitativa da comparabilidade. Ademais, também não é sinônimo de uniformidade.

Letra B - Certa, conforme expressamente previsto na NBC TSP EC:

"3.27 Para ser verificável, a informação não precisa ser um ponto único estimado. Um intervalo de possíveis valores e suas probabilidades relacionadas também pode ser utilizado."

Letra C - Errada. A alternativa traz características da representação fidedigna, mas ainda assim não estaria correta por falar em exatidão completa.

Letra D - Errada. Não há um volume ou percentual predeterminado para a materialidade.

Letra E - Errada. Comparabilidade e uniformidade não são sinônimos. Primeiramente, não é necessário haver uniformidade para haver comparabilidade, mas o que deve ter é consistência, que diz respeito à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração.

Gabarito: B



10. (FCC/20118/SEGEP MA/Analista Previdenciário)

Os usuários dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs) de um determinado ente público apresentaram uma reclamação para a autoridade competente quanto ao fato de a informação contábil contida em tais relatórios ter sido disponibilizada para tais usuários após ela ter perdido a sua capacidade de ser útil para fins de tomada de decisão. De acordo com a NBC TSP – Estrutura Conceitual, a característica qualitativa objeto da reclamação dos usuários foi a

- a) relevância.
- b) compreensibilidade.
- c) tempestividade.
- d) materialidade.
- e) comparabilidade.

Comentários

Como a informação foi disponibilizada "após ela ter perdido a capacidade de ser útil para fins de tomada de decisão", ela perdeu a característica da tempestividade, portanto, o gabarito é a letra C.

Gabarito: C

11. (FCC/2017/TRE PR/Analista Judiciário)

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP Estrutura Conceitual, uma das restrições inerentes à informação incluída nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público é a

- a) relevância.
- b) legalidade.
- c) materialidade.
- d) verificabilidade.
- e) tempestividade.

Comentários

As restrições inerentes à informação são: materialidade; custo-benefício; alcance do equilíbrio adequado entre as características qualitativas. Portanto, a alternativa correta é a letra C.

As alternativas A, D e E trazem características qualitativas.

Gabarito: C



Regimes Orçamentário e Patrimonial

12. (FCC/2015/TCE CE/Analista de Controle Externo/Ciências Contábeis)

A legislação financeira utiliza o termo “exercício”, ou a expressão “exercício financeiro”, para designar um determinado período de tempo específico. A Lei Federal nº 4.320/64 teve o cuidado de dimensionar o período de tempo compreendido por “um exercício financeiro” e o fez nos seguintes termos: “o exercício financeiro

- a) coincidirá com o ano civil”.
- b) terá a mesma extensão do exercício tributário”.
- c) terá 360 dias”.
- d) terá 365 dias”.
- e) terá a mesma dimensão do período de vigência da Lei Orçamentária Anual – LOA”.

Comentários

Questão puramente literal:

"Art. 34. O exercício financeiro coincidirá com o ano civil."

Portanto, chegamos à letra A como gabarito da questão.

Gabarito: A

13. (FCC/2017/ARTESP/Especialista - Ciências Contábeis)

Para fins de apuração do resultado de execução orçamentária, as receitas referentes à prestação de serviços de fiscalização por uma autarquia são consideradas realizadas quando são

- a) lançadas.
- b) arrecadadas.
- c) recolhidas para o caixa único.
- d) inscritas em dívida ativa.
- e) previstas.

Comentários

De acordo com o artigo 35 da Lei 4.320/64, que se refere à execução orçamentária, as receitas são reconhecidas na arrecadação e as despesas no empenho. Portanto, a alternativa correta é a letra B.

Gabarito: B



14. (FCC/2019/Prefeitura do Recife/Analista de Gestão Contábil)

O art. 35 da Lei nº 4.320/1964 refere-se ao Regime

- a) Orçamentário que deve ser atendido pelas empresas de economia mista municipais não dependentes.
- b) Contábil que deve ser atendido pelas fundações instituídas e mantidas pelo poder público municipal.
- c) Contábil que deve ser atendido pela Administração direta municipal.
- d) Orçamentário que deve ser atendido pelas autarquias municipais.
- e) Contábil que deve ser atendido pelas empresas municipais dependentes.

Comentários

O artigo 35 da Lei 4.320/64 refere-se ao Regime Orçamentário, com isso, já ficamos entre as alternativas A e D.

A alternativa A refere-se às estatais não dependentes, as quais, como vimos no roteiro de revisão, aplicam facultativamente as normas da Contabilidade Pública, portanto, o gabarito é a letra D, pois as autarquias municipais estão no campo de aplicação obrigatório.

Gabarito: D

15. (FCC/2019/Prefeitura de Manaus/Auditor Fiscal)

Considere as informações abaixo referentes à aquisição e à distribuição de 220 mochilas escolares em uma determinada entidade pública municipal.

25/01/2019: empenho da despesa no valor de R\$ 11.000,00 referente à aquisição de 220 mochilas escolares.

05/02/2019: o fornecedor entregou as 220 mochilas escolares e, nesta mesma data, a despesa foi liquidada pelo valor total do empenho.

19/02/2019: pagamento da despesa referente à aquisição das 220 mochilas escolares pelo valor total do empenho.

04/03/2019: distribuição das 220 mochilas escolares aos alunos do ensino fundamental de uma escola municipal.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o resultado de execução orçamentária, apurado conforme a Lei nº 4.320/1964, e o resultado patrimonial da entidade pública municipal foram impactados, respectivamente, em

- a) 25/01/2019 e 05/02/2019.
- b) 25/01/2019 e 04/03/2019.
- c) 19/02/2019 e 05/02/2019.
- d) 19/02/2019 e 04/03/2019.



e) 05/02/2019 e 05/02/2019.

Comentários

Essa questão traz um tema que estudaremos com mais detalhes nas aulas sobre os procedimentos contábeis patrimoniais, mas vamos usá-la para reforçar o que vimos até aqui.

Primeiramente, na execução orçamentária, em qual momento se reconhece a despesa? No empenho, portanto, no dia 25/01/2019.

E o resultado patrimonial, quando será reconhecido? Quando houver a variação patrimonial diminutiva. Nesse caso, vamos avaliar as etapas...

05/02/2019 - Foram recebidas as mochilas, contabilizadas no ativo, e constituída uma obrigação de pagamento pelo mesmo valor no passivo. Não houve alteração no resultado patrimonial.

19/02/2019 - Houve uma redução no ativo em relação ao caixa utilizado para pagamento e uma redução concomitante no passivo em relação à baixa da obrigação paga. Não houve alteração no resultado patrimonial.

04/03/2019 - Houve a baixa no ativo em relação ao material distribuído, impactando negativamente o resultado patrimonial.

Portanto, o resultado patrimonial é impactado em 04/03/2019, sendo a alternativa correta a letra B.

Não se preocupe se teve dificuldades aqui, pois aprofundaremos esse tópico a partir da aula 10.

Gabarito: B

16. (FCC/2018/SEGEF MA/Analista Executivo - Contador)

Considere as informações abaixo referentes a um crédito não tributário decorrente da prestação de serviços realizada por um ente público e que foi inscrito em dívida ativa:

20/06/2017: lançamento da receita de prestação de serviços.

30/10/2017: inscrição do crédito não tributário, referente à prestação de serviços, em dívida ativa.

23/02/2018: arrecadação do valor do crédito não tributário inscrito em dívida ativa por meio da rede bancária credenciada para o recebimento.

28/02/2018: recolhimento da receita referente ao crédito não tributário inscrito em dívida ativa para a conta específica do Tesouro.

O resultado de execução orçamentária, conforme Lei no 4.320/1964, e o resultado patrimonial do ente público foram impactados, respectivamente, em

a) 23/02/2018 e 20/06/2017.

b) 23/02/2018 e 23/02/2018.

c) 28/02/2018 e 20/06/2017.



d) 28/02/2018 e 30/10/2017.

e) 23/02/2018 e 30/10/2017.

Comentários

Mesmo caso da questão anterior, mas agora em relação à receita.

Em que momento se reconhece a receita na execução orçamentária? Na arrecadação, portanto, dia 23/02/2018.

Em que momento se reconhece a variação patrimonial aumentativa no resultado patrimonial? No lançamento, portanto, dia 20/06/2017.

Dessa forma, o gabarito é a letra A.

Gabarito: A

QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.

São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.

O objetivo é que você realize uma autoexplicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)

Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.

Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.

É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?

Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!

Vamos ao nosso questionário:



Perguntas

1. Dentre as empresas estatais, quais são obrigadas e quais aplicam facultativamente as normas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público?
2. Qual o objeto da contabilidade aplicada ao setor público?
3. Quais as seis características qualitativas apresentadas pela NBC TSP Estrutura Conceitual?
4. Quando uma informação contábil possui a característica qualitativa da relevância?
5. Qual a diferença entre comparabilidade e consistência?
6. Quais as três restrições inerentes à informação?
7. A respeito das características qualitativas da informação contábil, quando é alcançada a representação fidedigna?
8. O RCPG tem o propósito de atender as necessidades específicas de qual grupo de usuários?
9. O que abrange o RCPG?
10. Quem são os usuários primários dos RCPG?
11. De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as receitas?



12. De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as despesas?

Perguntas com respostas

1. **Dentre as empresas estatais, quais são obrigadas e quais aplicam facultativamente as normas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público?**

As empresas estatais dependentes são obrigadas a aplicar as normas da CASP. As empresas estatais independentes têm aplicação facultativa ou por determinação dos órgãos fiscalizadores ou controladores.

2. **Qual o objeto da contabilidade aplicada ao setor público?**

Patrimônio Público.

3. **Quais as seis características qualitativas apresentadas pela NBC TSP Estrutura Conceitual?**

Relevância, Representação Fidedigna, Compreensibilidade, Tempestividade, Comparabilidade e Verificabilidade.

4. **Quando uma informação contábil possui a característica qualitativa da relevância?**

Quando tem a capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.

5. **Qual a diferença entre comparabilidade e consistência?**

A comparabilidade possibilita ao usuário identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos. A consistência se refere à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração. A comparabilidade é o objetivo, enquanto a consistência auxilia a atingi-la.

6. **Quais as três restrições inerentes à informação?**

Materialidade, custo-benefício e alcance do equilíbrio adequado entre as características qualitativas.

7. **A respeito das características qualitativas da informação contábil, quando é alcançada a representação fidedigna?**

Quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.



8. O RCPG tem o propósito de atender as necessidades específicas de qual grupo de usuários?

Nenhum. O RCPG não tem o propósito de atender a finalidade ou necessidades específicas de determinados grupos de usuários, mas sim de atender às necessidades dos usuários em geral.

9.

10. O que abrange o RCPG?

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, e a apresentação das informações que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis.

11. Quem são os usuários primários dos RCPG?

Os usuários dos serviços e os provedores de recursos, bem como os seus representantes.

12. De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as receitas?

Arrecadação

13. De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as despesas?

Empenho

LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Conceitos, objeto, abrangência e campo de aplicação

1. (FCC/2018/SEAD AP/Analista de Finanças e Controle)

As normas estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público aplicam-se, obrigatoriamente, às

- a) fundações instituídas e mantidas pelo setor privado.
- b) empresas estatais não dependentes.
- c) empresas de economia mista.
- d) autarquias estaduais.
- e) organizações sociais de saúde.



2. (FCC/2018/SEFAZ GO/Auditor Fiscal da Receita Estadual)

As normas brasileiras de contabilidade constituem importante paradigma de conduta profissional na condução dos trabalhos previstos na Resolução CFC nº 560/83, de 28 de outubro de 1983, e correlatos. Iniciadas pelo acrônimo “NBC”, dividem-se em normas técnicas, que recebem o primeiro sufixo “T”, e profissionais, que recebem o primeiro sufixo “P”.

Acerca da NBC TSP, é correto afirmar que

- a) é norma técnica que inclui peculiaridades das sociedades domiciliadas no Estado de São Paulo.
- b) sua estrutura conceitual não faz menção a orçamento.
- c) embora as estatísticas de finanças públicas e as demonstrações contábeis do setor público tenham muito em comum, são reguladas por diretrizes com objetivos diferentes.
- d) normas técnicas regionalizadas, como a atual ESTRUTURA CONCEITUAL, permanecerão válidas até 2019, quando então darão lugar às normas internacionais convergidas (IFAC-IPSAS).
- e) não é candidata ao processo de convergência com as normas internacionais (IFAC-IPSAS), posto que contém muitas peculiaridades locais.

3. (FCC/2019/TJ AM/Técnico em Contabilidade)

Os Relatórios de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs), conforme a Estrutura Conceitual Básica, possibilita aos usuários avaliar

- a) a análise do patrimônio líquido econômico.
- b) a eficiência e eficácia dos serviços prestados.
- c) o retorno financeiro dos investidores.
- d) o superávit financeiro da entidade.
- e) o valor adicionado gerado pela sociedade.

4. (FCC/2018/SEGEP MA/Contador)

Em relação às características-chave de entidade do setor público que reporta a informação contábil, considere:

- I. Ser uma pessoa jurídica de direito privado de forma que possa captar ou empregar recursos, adquirir e administrar ativos, incorrer em obrigações e realizar atividades para atingir os objetivos da prestação de serviços.
- II. Ser uma entidade que capta recursos da sociedade ou em nome desta e/ou utiliza recursos para realizar atividades em benefício dela.
- III. Existir usuários de serviços ou provedores de recursos dependentes de informações contidas nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.



IV. Integrar o orçamento de investimentos na qualidade de empresa estatal não dependente nos últimos três exercícios financeiros.

De acordo com a NBC TSP (Estrutura Conceitual), são características-chave de entidade do setor público que reporta a informação contábil o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

5. (FCC/2017/DPE RS/Analista - Contabilidade)

De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual, os usuários primários dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das entidades do setor público são

- a) as agências de classificação de risco.
- b) as agências reguladoras e supervisoras.
- c) as entidades emprestadoras de recursos e de fomento.
- d) as entidades de auditoria.
- e) os cidadãos que são usuários dos serviços e provedores de recursos

Características qualitativas

6. (FCC/2018/SEAD AP/Analista de Finanças e Controle)

De acordo com a NBC TSP – Estrutura Conceitual, a característica qualitativa da informação denominada Comparabilidade

- a) é aplicável a item individual de informação, mas não à relação entre dois ou mais itens de informação ou conjuntos de fenômenos.
- b) é sinônimo de consistência.
- c) é sinônimo de uniformidade.
- d) possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.
- e) é aprimorada ao fazer com que coisas distintas pareçam semelhantes.



7. (FCC/2018/MPE PE/Analista Ministerial - Auditoria)

De acordo com as determinações da NBC TSP Estrutura Conceitual sobre as características qualitativas da informação incluída nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público – RCPGs, a

- a) relevância é uma característica qualitativa da informação que é alcançada quando a representação do fenômeno por uma determinada entidade pública é completa, neutra e livre de erro material tanto quanto possível.
- b) verificabilidade é uma característica qualitativa da informação que ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nos RCPGs representa fielmente os fenômenos econômicos ou de outra natureza que se propõe a representar.
- c) consistência é uma característica qualitativa da informação que é alcançada quando os mesmos princípios e/ou políticas contábeis são utilizados de período a período por uma determinada entidade pública.
- d) materialidade é uma característica qualitativa da informação que assegura que a informação contábil-financeira será material se sua omissão puder influenciar o processo de tomada de decisão dos usuários.
- e) neutralidade é uma característica qualitativa da informação que ajuda a assegurar aos usuários que o retrato da realidade econômica contido nos RCPGs é desprovido de viés na seleção da informação contábil-financeira que se propõe a representar.

8. (FCC/2020/ALAP/Assistente Legislativo)

As características qualitativas da informação contábil, conforme estabelece a Estrutura Conceitual Básica aplicada ao Setor Público, compreendem

- a) verificabilidade e comparabilidade.
- b) verificabilidade e universalidade.
- c) compreensibilidade e anualidade.
- d) compreensibilidade e totalidade.
- e) representação fidedigna e ciclo orçamentário.

9. (FCC/2019/Prefeitura de Manaus/Técnico Fazendário)

De acordo com a NBC TSP – Estrutura Conceitual, a característica qualitativa da informação denominada

- a) consistência é sinônimo de uniformidade e possibilita aos usuários da informação contábil identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.



- b) verificabilidade indica que para ser verificável a informação não precisa ser um ponto único estimado, uma vez que um intervalo de possíveis valores e suas probabilidades relacionadas também pode ser utilizado.
- c) relevância é alcançada quando a representação da transação é livre de vieses e possui exatidão completa em todos os aspectos relacionados a tal transação.
- d) materialidade determina que a omissão de 5% da despesa total reportada nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público torna a informação omitida imaterial.
- e) comparabilidade é sinônimo de uniformidade e esta implica na utilização das mesmas políticas contábeis, seja de período a período em uma entidade pública ou de um único período entre duas ou mais entidades.

10. (FCC/20118/SEGEF MA/Analista Previdenciário)

Os usuários dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs) de um determinado ente público apresentaram uma reclamação para a autoridade competente quanto ao fato de a informação contábil contida em tais relatórios ter sido disponibilizada para tais usuários após ela ter perdido a sua capacidade de ser útil para fins de tomada de decisão. De acordo com a NBC TSP – Estrutura Conceitual, a característica qualitativa objeto da reclamação dos usuários foi a

- a) relevância.
- b) compreensibilidade.
- c) tempestividade.
- d) materialidade.
- e) comparabilidade.

11. (FCC/2017/TRE PR/Analista Judiciário)

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP Estrutura Conceitual, uma das restrições inerentes à informação incluída nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público é a

- a) relevância.
- b) legalidade.
- c) materialidade.
- d) verificabilidade.
- e) tempestividade.



Regimes Orçamentário e Patrimonial

12. (FCC/2015/TCE CE/Analista de Controle Externo/Ciências Contábeis)

A legislação financeira utiliza o termo “exercício”, ou a expressão “exercício financeiro”, para designar um determinado período de tempo específico. A Lei Federal nº 4.320/64 teve o cuidado de dimensionar o período de tempo compreendido por “um exercício financeiro” e o fez nos seguintes termos: “o exercício financeiro

- a) coincidirá com o ano civil”.
- b) terá a mesma extensão do exercício tributário”.
- c) terá 360 dias”.
- d) terá 365 dias”.
- e) terá a mesma dimensão do período de vigência da Lei Orçamentária Anual – LOA”.

13. (FCC/2017/ARTESP/Especialista - Ciências Contábeis)

Para fins de apuração do resultado de execução orçamentária, as receitas referentes à prestação de serviços de fiscalização por uma autarquia são consideradas realizadas quando são

- a) lançadas.
- b) arrecadadas.
- c) recolhidas para o caixa único.
- d) inscritas em dívida ativa.
- e) previstas.

14. (FCC/2019/Prefeitura do Recife/Analista de Gestão Contábil)

O art. 35 da Lei nº 4.320/1964 refere-se ao Regime

- a) Orçamentário que deve ser atendido pelas empresas de economia mista municipais não dependentes.
- b) Contábil que deve ser atendido pelas fundações instituídas e mantidas pelo poder público municipal.
- c) Contábil que deve ser atendido pela Administração direta municipal.
- d) Orçamentário que deve ser atendido pelas autarquias municipais.
- e) Contábil que deve ser atendido pelas empresas municipais dependentes.



15. (FCC/2019/Prefeitura de Manaus/Auditor Fiscal)

Considere as informações abaixo referentes à aquisição e à distribuição de 220 mochilas escolares em uma determinada entidade pública municipal.

25/01/2019: empenho da despesa no valor de R\$ 11.000,00 referente à aquisição de 220 mochilas escolares.

05/02/2019: o fornecedor entregou as 220 mochilas escolares e, nesta mesma data, a despesa foi liquidada pelo valor total do empenho.

19/02/2019: pagamento da despesa referente à aquisição das 220 mochilas escolares pelo valor total do empenho.

04/03/2019: distribuição das 220 mochilas escolares aos alunos do ensino fundamental de uma escola municipal.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o resultado de execução orçamentária, apurado conforme a Lei nº 4.320/1964, e o resultado patrimonial da entidade pública municipal foram impactados, respectivamente, em

- a) 25/01/2019 e 05/02/2019.
- b) 25/01/2019 e 04/03/2019.
- c) 19/02/2019 e 05/02/2019.
- d) 19/02/2019 e 04/03/2019.
- e) 05/02/2019 e 05/02/2019.

16. (FCC/2018/SEGEP MA/Analista Executivo - Contador)

Considere as informações abaixo referentes a um crédito não tributário decorrente da prestação de serviços realizada por um ente público e que foi inscrito em dívida ativa:

20/06/2017: lançamento da receita de prestação de serviços.

30/10/2017: inscrição do crédito não tributário, referente à prestação de serviços, em dívida ativa.

23/02/2018: arrecadação do valor do crédito não tributário inscrito em dívida ativa por meio da rede bancária credenciada para o recebimento.

28/02/2018: recolhimento da receita referente ao crédito não tributário inscrito em dívida ativa para a conta específica do Tesouro.

O resultado de execução orçamentária, conforme Lei no 4.320/1964, e o resultado patrimonial do ente público foram impactados, respectivamente, em

- a) 23/02/2018 e 20/06/2017.
- b) 23/02/2018 e 23/02/2018.
- c) 28/02/2018 e 20/06/2017.
- d) 28/02/2018 e 30/10/2017.
- e) 23/02/2018 e 30/10/2017.



GABARITO

GABARITO



- | | |
|------|-------|
| 1. D | 9. B |
| 2. C | 10. C |
| 3. B | 11. C |
| 4. C | 12. A |
| 5. E | 13. B |
| 6. D | 14. D |
| 7. B | 15. B |
| 8. A | 16. A |

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Lei 10.180/2001.

Lei 4.320/64.

NBC TSP Estrutura Conceitual.

Possati, G. *Contabilidade Pública*. Estratégia Concursos.

STN. (2019). *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição*.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.